



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**MARIA CIBERE SOUZA NASCIMENTO**

**FORMAÇÃO DO PROFESSOR: RELAÇÃO ENTRE A PRÁXIS PEDAGÓGICA E  
ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

**FORTALEZA**

**2023**

**MARIA CIBERE SOUZA NASCIMENTO**

**FORMAÇÃO DO PROFESSOR: RELAÇÃO ENTRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E  
ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho monográfico apresentado ao  
Curso de Pedagogia ofertado pela  
Faculdade de Educação da Universidade  
Federal do Ceará – UFC Campus Benfica  
como requisito parcial para a obtenção de  
licenciatura plena em Pedagogia sob orientação  
da Prof.<sup>a</sup> Dra. Josefa Jackline Rabelo

**FORTALEZA 2023**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por ter me dado forças para continuar e ter ouvido minhas orações, pedidos de ajuda e reclamações.

Agradeço à minha família por sempre ter acreditado em mim e por acreditar que poderia mais, especialmente minha mãe, por ter me colocado em outra escola e pago a mensalidade sozinha por anos.

Após meus colegas e amigos e a minha orientadora Josefa Jackline Rabelo por ter aceitado meu convite por mais de um semestre.

Por fim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização do meu trabalho, colegas de profissão e familiares no geral.

Aos amigos pelas palavras de apoio.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo compreender a relação entre a formação pedagógica e a atuação profissional dos egressos no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. O trabalho organiza-se em três partes: resgata a historicidade na formação do professor no Brasil desde a chegada dos jesuítas, analisa a Base Nacional Comum Curricular, documentos relevantes sobre a formação docente e documentos próprios do curso, bem como seu Projeto Pedagógico passando também pela construção de identidade docente. E, por fim, analisa a formação dos egressos do Curso de Pedagogia com base em pesquisa desenvolvida através da aplicação de um questionário aplicado a estudantes do curso que já atuam no mercado de trabalho. Reflete ainda questões sobre o perfil do profissional em pedagogia e os conhecimentos desejáveis para a realização satisfatória de seu trabalho envolvendo o processo contínuo de formação do professor valorizando a importância da formação continuada para esses profissionais.

**Palavras-chave:** formação do professor; escola; universidade; curso de pedagogia

### **ABSTRACT**

This present work aims to understand the relationship between pedagogical training and professional performance of graduates from the Pedagogy course at the Faculty of Education of the Federal University of Ceará. The work is organized into three parts: it retrieves the historicity of teacher education in Brazil since the arrival of the Jesuits, analyzes the National Common Curricular Base, relevant documents on teacher education, and specific documents of the course, as well as its Pedagogical Project, also addressing the construction of teacher identity. And finally, it analyzes the training of Pedagogy course graduates based on research developed through the application of a questionnaire to students who are already working in the job market. It also reflects on the profile of professionals in pedagogy and the desirable knowledge for the satisfactory performance of their work, involving the continuous process of teacher education, emphasizing the importance of continuing education for these professionals.

**Keywords:** teacher education; school; university; pedagogy program

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>PEDAGOGIA NO BRASIL .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1</b>	Uma breve história da Formação docente no Brasil.....	11
<b>2.2</b>	Currículo e o Curso Pedagógico.....	15
<b>2.3</b>	A Formação do (a) Pedagogo (a) da Faced/UFC: aspectos curriculares e formativos.....	17
<b>3</b>	<b>FORMAÇÃO INICIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1</b>	Sobre a identidade do profissional de Pedagogia.....	22
<b>3.2</b>	Coleta e análise de dados.....	23
<b>3.3</b>	A importância da formação continuada para pedagogos.....	25
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>28</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>
<b>6</b>	<b>ANEXO .....</b>	<b>33</b>

## INTRODUÇÃO

A formação dos professores é um tema cada vez mais presente nos debates sobre a educação. O que a sua formação tem a dizer sobre suas práticas na docência? O que os egressos esperam do curso? Quais as disciplinas que mais os preparam para seu trabalho? Questionamentos como estes fazem parte desta reflexão que busca compreender um pouco mais sobre os saberes que norteiam a formação e a atividade profissional de um docente e o papel do curso de pedagogia da UFC nesta formação.

Estudantes e profissionais têm dúvidas a respeito do que poderia ser considerado mais eficaz em sua formação para que seu trabalho atual fosse desempenhado com mais certeza. Entretanto, sabemos que não há receita para ser um professor, muito menos um professor que não cometa erros. Não se nasce professor e nem começa a ser de maneira instantânea. Há quem sempre quis, desde criança ou os que escolheram por influência dos familiares ou conveniências da vida.

Ademais, na maioria das vezes, a formação superior torna-se o primeiro passo para o processo de familiarização do futuro professor com seu trabalho. Experiência de estágio,

realização de atividades de planejamento, elaboração de planos de aula. Aulas de educação especial, psicologia da educação por exemplo, todas elas são importantes para que o aluno tenha contato com novas experiências e aprofunde seu conhecimento sobre situações diversas que ele irá enfrentar em sua jornada.

Para além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais são claras ao identificar que o curso de pedagogia é formador de professores da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, entretanto estende a todas as áreas que envolvem o conhecimento educacional. Nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006

“Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. § 1º Compreende-se à docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.” (DCN,2005p.21)

A formação inicial de educadores visa preparar professores qualificados, profissionais capazes de compartilhar seu conhecimento para trabalhar em condições de respeito, com um plano de carreira digno e em um ambiente estimulante que lhes permita exercer um trabalho ético e competente. Essa formação é compreendida em uma perspectiva social e política, voltada para a organização e construção de conhecimentos que se baseiam tanto nos saberes teóricos quanto na prática, e que se integram ao longo do processo formativo.

Portanto, para preparar um profissional capaz de analisar sua prática, refletindo criticamente sobre seu papel político na ação pedagógica, é necessário superar as limitações de considerar a docência apenas como um exercício técnico de habilidades. Além do rigor teórico, é fundamental combinar uma prática comprometida e consciente, reconhecendo a educação como um ato de transformação social e compreendendo a importância de uma formação docente

baseada em uma perspectiva emancipatória e intencional.

Ao longo da formação, mais especificamente nas disciplinas de estágio de educação infantil 1 e 2 e educação especial, discutia-se muitas ações equivocadas de professores e suas práticas questionáveis. E na disciplina de Estágio do Ensino Fundamental 1 nota-se a falta de motivação de profissionais com maior tempo de atuação no cargo em uma escola municipal. E pensando nisso, surgiu a necessidade de investigar quais seriam as práticas consideradas ideais em sala de aula e o que a formação do professor tem a contribuir para a aquisição dos saberes necessários para uma prática docente considerada efetiva. E, além disso, investigar as percepções dos estudantes do curso de pedagogia da Universidade Federal do Ceará e sua formação acadêmica.

A escolha do professor como objeto de estudo busca ampliar o conhecimento acerca dos profissionais capazes de favorecer o crescimento da consciência crítica do educando e levá-lo a refletir sobre sua formação acadêmica na Faculdade de Educação, e qual seria o papel dela diante de seu atual cargo.

Por isso, este trabalho justifica-se pela importância de pensar na formação de professores no Brasil e irá contribuir para traçar um perfil do bom profissional, aquele que reflete sobre sua prática diariamente e tem como ideal uma práxis transformadora. Dessa forma, tem como objetivos: analisar as recomendações legais prescritas para a formação do professor; descrever a formação docente e análise do currículo da pedagogia: Traçar a trajetória e o perfil do estudante graduando na Faculdade de Educação da UFC; refletir à luz do processo de formação no curso de pedagogia a questão da formação para a prática docente.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho foi desenvolvido em duas partes. A primeira, em relação aos procedimentos metodológicos, foi utilizado o método dialético e a pesquisa bibliográfica. Pesquisou-se materiais bibliográficos selecionados a partir da afinidade com o tema, como livros, artigos científicos, revistas de educação publicadas em sites científicos e documentos oficiais do Ministério da Educação e da Universidade Federal do Ceará.

A segunda parte do trabalho, volta-se para uma pesquisa qualitativa, com aplicação de um questionário com perguntas estruturadas a respeito do tema pesquisado, que busca entender a relação entre a formação do professor e sua instituição referida de ensino, a Faculdade de Educação da UFC; por este motivo, dois participantes foram escolhidos. Os critérios de escolha foram: estes já atuam no mercado de trabalho, em escolas e sala de aula (ambos como auxiliares) cursaram mais de 75% do curso e são ingressantes do semestre 2017.2.

A referida entrevista foi composta de 4(quatro) questões, a qual foi aplicada no período de 2 dias consecutivos de maneira inteiramente on-line. Com o consentimento dos estudantes, apenas a idade e o ano de ingresso no curso irão ser disponibilizados e os caracterizam. Os dados selecionados foram com base nas respostas dadas pelos participantes da entrevista, de modo que todos os dados coletados estão no presente trabalho. Foi dada a opção de resposta por meio de arquivo de áudio e mídia, mas todos preferiram a forma escrita.

## CAPÍTULO 1 – 1.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

A história da formação dos professores no Brasil tem seu início com a chegada dos jesuítas. Com o objetivo de ensinar língua portuguesa, música e sobretudo catequese ao público indígena, noções de aritmética e uma breve capacitação para o trabalho. Para concluir a formação de padres jesuítas professores eram necessários investir vários anos de dedicação aos estudos, divididos em períodos, misturando erudição com o exercício do sacerdócio.

Nesse modelo formativo, os dois primeiros anos eram reservados ao cultivo de valores cristãos, a prática da renúncia, tão necessária à vida sacerdotal, compaixão e caridade. Passados esses, outros dois anos eram destinados para a formação intelectual (grego, latim e hebreu) e dedicava-se mais três anos para filosofia, astrologia e física. Ao final do processo, exigia-se mais quatro anos para estudos de teologia e, por fim, três anos de especialização e uma espécie de formação pedagógica, totalizando catorze anos de estudo.

No período colonial brasileiro não havia instituições de ensino destinadas exclusivamente à formação de professores profissionais comprometidos apenas com a instrução. A formação docente subordinava-se, primeiramente, à formação do sacerdote, embora a ação pedagógica dos futuros padres fosse detalhadamente normatizada pelo Rádium Studium. (RIBEIRO,2015, p.10)

Após a expulsão dos jesuítas em 1759 por Marquês de Pombal, a educação no Brasil ganhou nova administração, e conseqüentemente novos interesses. Com a consolidação do iluminismo e despotismo esclarecido, o modelo de educação no Brasil usufruiu do modelo francês, com as chamadas “aulas régias” cujo público continuava similar ao da época jesuítica. Essas aulas consistiam numa tentativa de substituir o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas. Entretanto, na prática, as aulas régias não se consolidaram como um modelo consistente.

Um empecilho para a realização dos objetivos pretendidos por Pombal foi a falta de homens capacitados para o ensino elementar e primário, havia uma carência de professores aptos a ensinar, de modo que os concursos previstos não atingiam esta demanda. A situação da educação não mudou muito nas suas bases, porque os professores, então contratados, sobretudo os padres seculares que haviam recebido informação jesuítica, tornaram-se continuadores de sua ação pedagógica (RIBEIRO,2015, p.14)

Após a independência do Brasil da Colônia de Portugal (07/setembro de 1822), a Constituição de 1822 pouco contemplava a formação do professor, entretanto a preocupação com a esta formação começou a surgir de forma mais acentuada, e em 15 de outubro de 1827 o primeiro mecanismo, conhecido como Lei de Escolas de Primavera, consistia em convencer todos os professores a se instruir no ensino mútuo. Essa dinâmica se estende até 1890 com a implementação das Escolas Normais no Brasil. A primeira foi a de Niterói, em 1835. Seu currículo era bem similar ao das escolas de Primavera, e já se esperava que o professor tivesse o domínio daquele conteúdo para assim, poder repassá-lo ao aluno. Porém, no que diz respeito ao preparo didático-metodológico e formação pedagógica pouco lhe era considerado.

A trajetória das Escolas Normais passou por períodos de tentativas de readéquam-no, pois recebia críticas, como ilustra a posição de Couto Ferraz, que considerava as Escolas Normais eram muito onerosas, ineficientes qualitativamente e insignificantes quantitativamente, pois era muito pequeno o número de alunos formados (SAVIANI,2009). Esse fator contribuiu para o fechamento da pioneira no Rio de Janeiro, em 1849. Essa foi reaberta dez anos depois. Sua reformulação era considerada inevitável, contando os fatores que deixaram a Escola Normal desinteressante, com a pouca atividade de carreira docente e os resultados ínfimos apresentados.

A reforma mais notória que tivemos aconteceu visando uma mudança no currículo e adicionando ênfase em exercícios práticos, o que foi importantíssimo para firmar um padrão de Escolas Normais, tendo como o modelo a de São Paulo, tornando-se referência na época com o método Pestalozzi, idealizador do método intuitivo que consistia em estimular o desenvolvimento dos recursos mentais e não somente a absorção de conteúdos transmitidos.

Era evidente que uma nova fase estava por vir. Nesse contexto, registra-se o Decreto nº 7247 que trouxe avanços, pois ele contemplou o ensino primário e secundário em 1879. Vale ressaltar, o salto que esta reforma ofereceu ao quadro das Escolas Normais, agora com as escolas-modelos que melhoraram significativamente a preparação profissional, ao proporem atividades formativa como o prolongamento do curso para quatro anos e ampliação do currículo.

Essa característica mais técnica teria sido apontada como responsável por uma visão ingênua utilitarista e tecnicista da educação, isolada de um contexto histórico-social que faria carreira na educação brasileira a partir de então e da qual resultaria numa ampliação da ênfase

nos conteúdos pedagógicos, no caráter "científico" da educação e na suposta "neutralidade" dos procedimentos didáticos (NAGLE, 1974, p. 274; SAVIANI, 1985, p.40).

Avançando nessa trajetória histórica, chegamos no decreto de nº 3810 no ano de 1932, idealizado por Anísio Teixeira que, enriqueceu e organizou o currículo de tal maneira que a Escola Normal se tornou Escolas de Professores.

Pelo exposto, percebe-se que os institutos de educação foram pensados e organizados de maneira a incorporar as exigências da pedagogia, que buscava se firmar como um conhecimento de caráter científico. Caminhava-se, pois, decisivamente rumo à consolidação do modelo pedagógico-didático de formação docente que permitiria corrigir as insuficiências e distorções das velhas Escolas Normais caracterizadas por “um curso híbrido, que oferecia, ao lado de um exíguo currículo profissional, um ensino de humanidades e ciências quantitativamente mais significativo (TANURI, 2000.p72)

Na tentativa de estabelecer um conhecimento científico sólido, foi proposto o esquema 3+1, que consistia na formação de professores para lecionar em escolas secundárias. Por outro lado, os segundos formavam professores para atuar em Escolas Normais. No esquema 3+1, os alunos dedicavam três anos ao estudo de disciplinas específicas e um ano à formação didática.

No curso de formação de professores primários, a duração era de dois anos. No primeiro ano, os estudantes se dedicavam a disciplinas como biologia educacional, psicologia educacional, história da educação, música, desenho, educação física, recreação e jogos. No segundo ano, as matérias focavam no ensino, como cálculo, estudos sociais, literatura infantil, ciências sociais, leitura e linguagem. Além disso, eram incluídas práticas de observação e participação.

Nesse cenário, é visível a preocupação em enriquecer o curso e consolidar a formação do professor. Em 1933, por meio da reforma idealizada por Fernando De Azevedo, surge o decreto 5.884 que veio para modificar o curso normal, até então de quatro anos. Agora passa a ser constituído por um curso de formação profissional de duas séries, e também inclui a obrigatoriedade da integralização do curso secundário fundamental. Décadas depois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 5692/1971 modificou significativamente a formação

de professores no Brasil. Agora surgiriam o primeiro e segundo grau e o fim das Escolas Normais que se descaracterizaram-se significativamente com o passar do tempo até não existirem mais.

Assim, a já tradicional escola normal perdia o status de "escola" e, mesmo, de "curso", diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia. (TANURI, 2000 p. 20)

Ressalta-se que a formação do professor, no escopo dessa LDB, era vista similarmente a um curso profissionalizante. A década de 1980 retrata um período de tentativas de reformulação dos cursos de pedagogia e licenciaturas com o objetivo maior de romper os moldes tecnicistas. Nessa época, já havia discussões sobre a dicotomia entre teoria e prática e sua real função. Afinal, questionava-se sobre formar um tipo de profissional em um curso tão fragmentado? Estas questões aglutinaram-se tornando-se uma das principais pautas da ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação). Como exemplo um dos boletins publicados em 1983 dizia que:

- a) Em relação à licenciatura de Pedagogia, a partir da base comum a todo educador, define-se, como corpo de conhecimento que lhe é próprio, o seguinte: \* teorias da educação - incluindo a análise filosófica, histórica, sociológica do processo educativo; \* dinâmica e organização da educação brasileira e em especial da escola e do sistema de ensino; \* processo de ensino-aprendizagem nas diferentes modalidades educativas.
- b) A licenciatura de Pedagogia forma prioritariamente o Professor das matérias pedagógicas. Poderá ter "áreas de concentração" ou "campos de estudo" como Educação de Adultos, Pré-escola, etc. que permitam o aprofundamento de conhecimentos, que reflitam as necessidades das IES em atender às exigências do projeto educacional com o qual estiverem comprometidas (ANFOPE, 1983, p.5)

Finalmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei 9.394/96) apresenta alterações contundentes para a política de formação dos professores, com novas propostas e disposição curricular. Agora, com exigência de graduação para nível superior na Educação Básica, com o prazo máximo de dez anos para a normalização completa dos docentes. Dessa forma, o período de transição foi instaurado. Como estão expressos abaixo:

Art. 62 - A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em Universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art.63 - Os Institutos Superiores de Educação manterão:

I - Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do Ensino Fundamental;

II- Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de Educação Superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - Programas de educação continuada para profissionais de educação dos diversos níveis. (BRASIL, LDB 9394/96, 1996, p.20)

Naquela época, a maioria dos professores possuía formação no Ensino Médio, a resolução CP n. 1/99, do Conselho Nacional De Educação trouxe mais propostas que incrementam a LDB, apontando a necessidade de participação coletiva dos docentes na elaboração e avaliação do Projeto Pedagógico dos Cursos. Em 2002, nota-se uma preocupação maior com o desenvolvimento de competências pessoais e sociais de profissionais que atuavam na Educação Básica.

O próximo item desse estudo, visa compreender o currículo com base em análises prescritas mais atuais, para traçar um perfil do profissional graduado no curso de pedagogia, sobretudo, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.

## **1.2 Currículo e o curso de pedagogia**

O significado de currículo varia de acordo com o contexto. Segundo o dicionário Aurélio apresenta a seguinte definição: “Programação total ou parcial de um curso ou de matéria a ser examinada”. A discussão sobre currículo ganhou mais evidência nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, pela necessidade do aprofundamento da relação entre o campo do currículo e o trabalho pedagógico dos educadores, contemplado nas práticas curriculares.

Em um contexto de reconfiguração do ensino superior brasileiro, onde a discussão sobre a grade curricular é de conhecimento de todos, a estrutura curricular do curso de pedagogia de 2014 pretende seguir por três núcleos: os estudos básicos, aprofundamento e estudos integrados tendo em média 3200 horas. Esses são os eixos que devem nortear todos os cursos de pedagogia

ofertados no país. A Lei de Diretrizes e Bases jogou luzes sobre as questões curriculares, buscando parâmetros para aprendizagem e equiparação de oportunidades iguais a todos os estudantes. Aconteceram muitas discussões e proposições formalizadas por volta de duas décadas, tendo por base a conjuntura educacional brasileira com foco na formação e atuação de professores, em especial os que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a ideia de estabelecer organização mais flexível de currículo. A esse respeito, Sacristán afirma:

O valor de qualquer currículo, de toda proposta de mudança para a prática educativa, se comprova na realidade na qual se realiza, na forma como se concretiza em situações reais. O currículo na ação é a última expressão de seu valor, pois, enfim, é na prática que todo projeto, toda ideia, toda intenção, se faz realidade de uma forma ou outra; se manifesta, adquire significado e valor, independentemente de declarações e propósitos de partida. Às vezes, também, à margem das intenções à prática reflete pressupostos e valores muito diversos. (SACRISTÁN, 1998, p. 201).

Tendo em vista a análise crítica do currículo, a atual BNCC (2017) veio para, entre outros objetivos, alcançar as metas 1, 2, 3 e 7 do Plano Nacional de Educação (2014) e centralizar o currículo, ampliando o controle de professores e estudantes. Em linhas gerais, apresenta conteúdos de linguagem, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, na educação infantil, além de orientações para a educação especial. Homologada em 20 de dezembro de 2017, foi feita uma consulta pública em 2015. Entretanto não foi exatamente especificado quais foram as contribuições proporcionadas às consultas. A Base Nacional Comum Curricular determina conhecimentos essenciais que todos os estudantes terão direito de acessar durante toda sua trajetória na educação básica, até a conclusão do ensino médio. Além disso, a BNCC serve como parâmetro para realização do planejamento curricular, em todas as etapas e modalidades de ensino, influenciando, por esse prisma, os cursos superiores que formam professores que irão atuar na educação básica, a exemplo do curso de pedagogia e demais licenciaturas.

Tendo em vista que, a educação como assunto extremamente abrangente e a impossibilidade da neutralidade, a BNCC, segundo Saviani é “muito restrita ao essencial e muito extensiva no acessório” enquanto ao curso de pedagogia, (2007 p.15)

O principal foco agora é desmembrar o que diz respeito à educação infantil e ao ensino fundamental, área de enfoque da pesquisa em tela. Com base no currículo de 2014 do Curso de

Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, o aluno precisa carga horária de 2356 horas no geral, das quais precisam abranger assuntos e conhecimentos que perpassam por diversas áreas do conhecimento, entre eles os ensinamentos de: matemática, história, geografia, ciências e linguagens.

As Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, entre outras disposições, estabelecem que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve contribuir para a articulação e a coordenação das políticas e ações educacionais em relação à formação de professores;

Diante disso, considera-se relevante uma compreensão sistemática do que se espera do profissional formado em pedagogia, tendo em vista sua trajetória acadêmica. Desde a obrigatoriedade de conhecimentos e domínios, para contemplar critérios mais variáveis como melhor identificação com determinada área. Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia*, relaciona diversas recomendações ao educador ao exercer sua profissão, que, acaba expandindo a visão de profissional educador.

Outro saber de que o educador progressista precisa estar convencido como de suas consequências é o de ser o seu trabalho uma especificidade humana. Já vimos que a condição humana fundante da educação é precisamente a inconclusão de nosso ser histórico de que nos tornamos conscientes. Nada que diga respeito ao ser humano, à possibilidade de seu aperfeiçoamento físico e moral, de sua inteligência sendo produzida e desafiada, os obstáculos a seu crescimento, o que possa fazer em favor da boniteza do mundo como de seu enfeamento, a dominação a que esteja sujeito, a liberdade porque deve lutar, nada que diga respeito aos homens e às mulheres pode passar despercebido pelo educador progressista”. (1996, p. 140)

Face ao exposto, podemos entender que a prática e a experiência constante habilitam o profissional para um cenário de harmonia, podendo favorecer sua sensibilidade e capacidade de desenvolvimento.

Freire (1996) afirma ainda, que as palavras do educador devem estar próximas a sua prática, que possam por vezes se confundir com elas, diante disso, entram os conhecimentos adquiridos pelo educando e sua busca por múltiplos referenciais para a construção dessa identidade.

Esta identidade que precisa adaptar-se ao contexto sociopolítico-histórico em que está inserido o (a) professor (a), tendo em vista as condições sociais no qual o mesmo está inserido. Assim, faz-se relevante, conforme Libâneo:

É preciso resgatar a profissionalidade do professor, reconfigurar as características de sua profissão na busca da identidade profissional. É preciso fortalecer as lutas sindicais por salários dignos e condições de trabalho. É preciso, junto com isso, ampliar o leque de ação dos sindicatos envolvendo também a luta por uma formação de qualidade, de modo que a profissão ganhe mais credibilidade e dignidade profissional. Faz-se necessário, também, o intercâmbio entre formação inicial e formação continuada, de maneira que a formação dos futuros professores se nutra das demandas da prática e que os professores em exercício frequentem a universidade para discussão e análise de problemas concretos da prática. (LIBÂNEO 2004 p.10)

Sabemos que a construção desta identidade é um processo contínuo e um caminho de revitalização não só de conhecimentos no curso de graduação aqui estudado, mas sobretudo um percurso instigante e abrangente. De acordo com Pimenta (1999, p. 19), o sistema de ensino tem crescido de forma quantitativa, o que ocasiona uma formação não qualitativa, que não supre as exigências sociais e do mercado. Situação essa que incita a necessidade de atender as demandas do cenário.

## **2.2 A Formação do (a) Pedagogo (a) da Faced/UFC: aspectos curriculares e formativos**

O curso de Pedagogia surgiu na UFC no primeiro semestre do ano de 1963 integrando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Do início até a década de 90, o curso passou por desdobramentos relevantes, estes divididos em três: período de formação generalista, a formação especialista em Educação de acordo com a reforma Universitária/68 e, por último, impulsionado por questionamentos sobre Educação e o papel do educador na sociedade, influenciado pela abertura política veio o terceiro momento (FERNANDES,2014) no qual tem como objetivo:

formar professores e gestores para a educação básica e superior, nos cursos de pedagogia, nas disciplinas pedagógicas das demais licenciaturas da universidade e na pós-graduação, desenvolvendo a pesquisa e a extensão nas diversas áreas do campo educacional. (FERNANDES,2014, p.8)

O Projeto Pedagógico do curso também delimita objetivos:

Oferecer formação profissional adequada às exigências legais aos professores, da rede pública do Estado do Ceará, que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do

Ensino Fundamental, para aqueles não licenciados, como para os licenciados que ministram disciplinas não adequadas a formação; Formar profissional comprometido com o exercício das funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com postura ética, social, humana e transformadora e para a gestão de processos escolares e não escolares, tendo como eixos centrais à docência, pesquisa e extensão ( PPC,2020,p.13)

Atrelando as relações de sociedade no processo de desenvolvimento histórico do curso, o profissional de pedagogia precisa exercer a teoria e praticá-la a todo momento para uma formação significativa. A teoria sobre Didática por exemplo, é imprescindível para prática docente pois é através dela que podemos desenvolver as práticas necessárias sobre avaliação de aprendizado ou compreender diferentes abordagens de ensino, aplicações de métodos de ensino. Então, a qualidade dessa formação precisa possibilitar ao pedagogo diferentes contextos para corresponder às expectativas da sociedade.

Quem, então, pode ser chamado de pedagogo? O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista o objetivo de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2001, p.161).

A teoria é valorizada se for constantemente atrelada com a prática e, não basta aprimorar apenas os aspectos técnicos considerados mais importantes como também atingir as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, tais como:

Art.13.Os docentes incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III – zelar pela aprendizagem dos alunos; IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (1996, p.157)

Outro documento que reitera as exigências a respeito da formação do pedagogo são as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia que, entre outras especificações considera que o profissional precisa também:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social; III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo. (BRASIL, DCN, 2006, p.2).

A proposta curricular do curso é extensa e proporciona ao formando uma vasta possibilidade de aprendizado. Além das disciplinas obrigatórias, estágios no Ensino Fundamental I e II e optativas, aprendizagens conhecidas como “área fim”.

Entre as disciplinas obrigatórias encontraram-se temas que levam o aluno a refletir antropologia, filosofia e, dando-lhe oportunidades de construir um senso crítico e refletir sobre o meio em que está inserido e suas práticas.

Segundo Pimenta (1999), a formação do professor vem se opondo a racionalidade técnica até então vigente. Portanto, considera-se o professor como um intelectual em processo contínuo de formação. Esse processo desencadeia uma constante reflexão sobre suas práticas e experiências cotidianas, o que ressignifica os saberes docentes e, conseqüentemente a identidade do professor. Há quem diga que a desvalorização de disciplinas como Organização do Trabalho Escolar, Filosofia, Sociologia e Antropologia da Educação dificulte o fortalecimento de sua identidade. Para Libâneo:

A ideia de conceber o curso de Pedagogia como formação de professores, a meu ver, é muito simplista e reducionista, é, digamos, uma ideia de senso comum. A Pedagogia se ocupa, de fato, com a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. (LIBÂNEO, 2001. p.6)

O egresso do curso de licenciatura em Pedagogia da UFC prioriza formar indivíduos para atuar em três principais tópicos como consta em seu Projeto Pedagógico:

-Docente da Educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

- Protagonista social e político respeitando diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial e de gêneros, bem como as especificidades relativas a faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- Profissional comprometido com seu momento histórico, com os princípios e valores educacionais e com a defesa da escola pública de qualidade. (PPC, 2020, - p.14)

Para desenvolver esses princípios é necessário estabelecer as respectivas competências desenvolvidas Funções normativas essenciais para o curso. Competências que se destacam: Comprometimento com a função social da escola, com o domínio do conhecimento pedagógico, com os princípios democráticos. Esses comprometimentos são pilares para o desenvolvimento de habilidades do professor. Nota-se que há uma preocupação com o preparo do profissional para a pesquisa nos princípios democráticos, onde infere-se que: Atuar com olhar de professor pesquisador, na busca da compreensão de todos os aspectos que envolvam seu contexto de trabalho, objetivando aperfeiçoamento de sua prática pedagógica;(PPC, 2020p. 14)

Nesse aspecto, a pesquisa é vista como um processo que possibilita a articulação entre teoria e prática na formação de professores. Tanto as Diretrizes Curriculares quanto diversos teóricos reconhecem que a pesquisa é capaz de desvelar a dinâmica da realidade educacional, proporcionando uma compreensão mais ampla do campo educacional. A pesquisa permite uma apreensão da realidade e a construção de uma visão abrangente do contexto educacional.

Paulo Freire ainda aplica a necessidade da pesquisa para o ensino:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino\*\*. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996 p.16)

Nesse sentido, a escola e outros espaços onde ocorrem práticas educativas são considerados locais de formação, nos quais os profissionais têm voz e contribuem para a produção de conhecimento. A pesquisa na formação de professores valoriza a experiência e reflexão cotidiana, reconhecendo a importância do aprendizado que ocorre no dia a dia, nas interações

com os alunos e nas situações desafiadoras. Essa abordagem permite uma conexão entre teoria e prática, resultando em uma formação mais contextualizada, crítica e alinhada com as demandas educacionais atuais.

Sobre as disciplinas, são distribuídas em oito semestres, bem como os cursos de licenciatura. Os processos formativos que constituem o estudo da Pedagogia vêm através da comunicação humana acumulada, isto é, dos saberes e modos de agir construídos pela humanidade (SAVIANI,2001)

Com o domínio do conhecimento pedagógico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece em seu artigo 63 que a formação dos profissionais de educação deve assegurar uma base comum de conhecimentos. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o domínio do conhecimento pedagógico é de fundamental importância para os pedagogos, pois constitui uma base sólida para o exercício da profissão e para o desenvolvimento de práticas educativas eficazes. O conhecimento pedagógico abrange um conjunto de saberes específicos relacionados à teoria e prática da educação, bem como às estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação. Para melhor contemplar o domínio dos conteúdos relacionados à atividade docente buscando aplicá-los de forma mais adequada às atividades em sala de aula e outras decorrentes do exercício profissional;(PPC, 2020 p.14)

A terceira habilidade a ser desenvolvida é o comprometimento com os princípios democráticos que diz respeito a zelar pela qualidade do trabalho na escola baseando-se nos princípios da dignidade humana, com respeito mútuo, diálogo, solidariedade e justiça. (ppp.2020p.14) Todas as competências contribuem para uma prática pedagógica mais efetiva e significativa.

Tais aspectos afirmam a importância da construção de um profissional dinâmico capaz de incorporar conceitos tão importantes em sua formação, como Libâneo afirma; Portanto, a formação dos profissionais da educação deve contemplar a preparação daqueles profissionais da área educacional demandados pela sociedade brasileira, em sua configuração atual, para atuarem na organização e na gestão de todos os segmentos do sistema nacional de ensino. Com igual insistência, é também necessária a formação de estudiosos que se dediquem à construção do conhecimento científico na área, uma vez que a educação também é considerada como um campo teórico-investigativo e que a produção desse conhecimento é requisito fundante de toda formação técnica e docente. (LIBÂNEO,2001 p.15)

## **CAPÍTULO 2 – Formação inicial e seus desdobramentos**

### **2.1 Sobre a identidade do profissional de Pedagogia**

Ao longo da história, a profissão de professor tem passado por mudanças conforme os interesses da sociedade vigente. Desde a chegada dos jesuítas ao Brasil no século XVI até o início do século XX, ser professor estava intimamente ligado ao sacerdócio. Ser professor era considerado uma vocação ou um dom inato, acreditando-se que a pessoa já nascia destinada a ser professor.

Esse modelo de professor, associado ao papel de sacerdote e missionário, continuou influente até a primeira década do século XXI, dificultando a consolidação da profissão de professor como uma carreira.

Essa associação com o sacerdócio evoca sacrifícios, aceitação e até mesmo submissão, implicando em um constante doar-se sem esperar receber nada em troca. Em resumo, ao longo do tempo, ser professor passou por diferentes conotações, e o modelo associado ao sacerdócio exigia uma dedicação extrema sem muitas recompensas. Essa visão influenciou fortemente a percepção da profissão de professor e pode ter dificultado sua consolidação como uma carreira plenamente reconhecida.

A construção da identidade do professor é um tema amplamente estudado por pesquisadores. Ser professor envolve diferentes concepções históricas que se baseiam no desenvolvimento de competências e habilidades na prática profissional. Essas competências e habilidades são adquiridas durante a formação inicial do professor na graduação e se desenvolvem ao longo da carreira por meio de experiências, práticas pedagógicas e formação continuada.

Quem, então, pode ser chamado de pedagogo? O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista o objetivo de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2001, p.161).

Essa construção de identidade deve ser um processo contínuo, pois ele sempre vai precisar refletir sobre suas práticas no dia a dia, ressignificando suas atitudes e práticas pedagógicas.

A profissão de educador vai além da simples atuação como professor, pois também envolve uma prática social. O educador tem o papel de intervir na realidade social por meio da educação, principalmente nas instituições de ensino. No entanto, para desempenhar essa função, é necessário um preparo adequado que atenda às demandas do ensino. Além de ter conhecimento sobre a realidade social em que atua, o educador deve dominar recursos teóricos e metodológicos para transmitir, compartilhar e socializar conhecimentos. Além disso, é essencial ter uma visão crítica dos princípios que fundamentam sua prática, dos objetivos a serem alcançados e dos compromissos que essa prática exige. (RIOS, 2002 PIMENTA e LIMA, 2012, p. 66).

## **2.2 Coleta e análise de dados**

Para conduzir com base metodológica este trabalho, inicialmente elaborou-se um questionário estruturado com perguntas principais. A referida entrevista foi composta de 4(quatro) questões, a qual foi aplicada no período de 2 dias consecutivos de maneira on-line com alunos que cursam Pedagogia na Universidade Federal do Ceará pertencentes ao semestre 2017.2. e que já atuam na área, como a grande maioria dos alunos. Ambas as mulheres, com 24 anos de idade.

Ao ser perguntada sobre o porquê escolheu o curso, a resposta da estudante 1 foi: "Por me identificar com a profissão, admirar e me sentir ainda mais feliz com o processo de aprendizagem e evolução das crianças.

Já a estudante 2 contemplou parte significativa dos estudantes que escolhem pedagogia não por primeira opção: "Escolhi primeiro por causa da nota, pois a nota de corte estava compatível com minha média, mas na verdade queria um curso na área da saúde (odontologia ou psicologia)"

A segunda pergunta foi: Dos conteúdos estudados no curso qual você consideraria mais importante para sua atuação atualmente? "O conteúdo referente a psicologia da infância, no

qual a parte comportamental e todo o conhecimento que elas trazem consigo pode interferir no seu processo de ensino. (estudante 1)

“Sem dúvidas a didática, e psicologia da educação, pois é o que mais preciso no dia a dia quando estou em sala de aula” (estudante 2)

A terceira pergunta é: Quais as principais qualidades que um profissional da área da pedagogia precisa ter? “Boa comunicação, boa escuta, ter empatia, ser compreensivo e ser atencioso, inclusivo e ter vontade de buscar sempre fazer o seu melhor. (estudante 1)

A segunda, pontuou: “ser resiliente, paciente e dinâmico” (estudante 2)

A última pergunta, diz respeito à Faculdade de Educação. Para você, qual diferencial de cursar pedagogia na UFC?

“A qualidade do curso, o conteúdo e os profissionais que lá trabalham”. (estudante 1)

“A grade de cadeiras é mais ampla, há vários grupos de estudo para complementar os estudos, professores excelentes e formação boa no geral” (estudante 2)

### **2.3 - A importância da formação continuada para pedagogos**

A formação continuada para os profissionais recém-formados representa uma alternativa que vai além do processo formal. Representa uma oportunidade para aprofundar-se em conhecimentos que ele considera mais importantes tendo em vista agora, na maioria dos casos, a demanda e necessidade que seu trabalho demanda. Sabemos que a formação inicial tende a não abranger ou em alguns casos não aprofundar todos os saberes necessários para a prática em sala de aula por exemplo, por essas e outras questões que a formação continuada precisa ser ainda mais incentivada, Delors afirma:

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160)

Para além do ensinar em sala de aula, é na formação continuada que o profissional reaprenda e ressignifique suas práticas diárias, entrando em contato com novas abordagens e métodos. Mesmo que ele coloque em prática somente alguns fragmentos da saber adquirido, o pedagogo que se formou há mais tempo entra em contato com novas formas de aprendizado que podem mudar sua maneira de olhar para sua profissão.

Por isso, para além da qualidade do trabalho do profissional melhorar a qualidade e a motivação dos professores deve, pois ser uma prioridade em todos os países. (DELORS,2003 p.159) Com base nessa afirmação, podemos entender que, a fim de desempenhar suas atividades de maneira eficaz, é essencial que os pedagogos procurem constantemente abordagens inovadoras para ensinar os conteúdos, o que pode tornar o ambiente educacional mais agradável e menos monótono. Novamente, em *Pedagogia da Autonomia*, Freire afirma:

Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 1996.p.21)

A formação continuada é fundamental para pedagogos acompanharem as transformações na área da educação. Quando um pedagogo reflete sobre sua prática, pode verificar com mais facilidade as abordagens e métodos que darão mais certo e aquelas que não se adequam sob seu específico contexto de atuação. Por isso, pode ser entendida como processo contínuo de aperfeiçoamento dos saberes necessários para a atuação considerada excelente.

Candau (1997) destaca três elementos cruciais no processo de formação continuada de professores: a escola como local privilegiado de formação, a valorização do conhecimento docente e o ciclo de vida dos professores. Essa abordagem enfatiza a necessidade de a formação continuada ser baseada nas demandas reais do cotidiano escolar dos professores, valorizando o conhecimento curricular e/ou disciplinar, bem como a experiência adquirida. Além disso, destaca a importância de resgatar e valorizar o conhecimento construído na prática pedagógica, integrando teoria e prática.

Considerando a validade desses aspectos apresentados por Candau (1997), podemos concluir que um programa de formação continuada eficaz para qualificar os professores deve: a)

desenvolver programas que abordem as necessidades diárias dos profissionais da educação; e b) propor temas e métodos que auxiliem os docentes a refletir e enfrentar os desafios encontrados na prática. Em resumo, é essencial estabelecer uma conexão entre os conhecimentos teóricos e práticos, pois ambos são indispensáveis para um desempenho e qualificação adequados.

Portanto, é relevante reforçar a importância da articulação entre teoria e prática, evitando o equívoco de acreditar que apenas a reflexão sobre a prática é suficiente para resolver todos os problemas enfrentados no contexto educacional, como destaca Pimenta (2002). Portanto, a formação continuada deve promover a integração dos saberes teóricos e práticos, buscando uma abordagem holística e equilibrada para enfrentar os desafios da prática pedagógica.

Por fim, a formação continuada para pedagogos é fundamental para acompanhar as transformações na área da educação, aprimorar suas práticas pedagógicas, fortalecer a identidade profissional, contribuir para a valorização da profissão e promover uma educação de qualidade. É um investimento constante que beneficia tanto os pedagogos quanto os alunos, preparando-os para os desafios e oportunidades do mundo contemporâneo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.” (FREIRE, 1991)

A partir da observação de Paulo Freire em seu livro "Pedagogia da Autonomia", podemos afirmar que ser professor vai além do que é comumente propagado pelo senso comum. A profissão docente demanda conhecimento teórico e prático, exigindo uma formação adequada que reflita a prática educativa.

O curso de Pedagogia é projetado para oferecer uma formação voltada para a docência, conforme estabelecido pelas Diretrizes do Ministério da Educação (MEC). No entanto, o currículo do curso também busca preparar profissionais competentes para atuar em diversas áreas nas quais o conhecimento pedagógico é necessário.

“à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.” (BRASIL, 2006)

No âmbito escolar, o educador, consciente do histórico e reconhecimento do trabalho docente, desempenha um papel ativo na promoção da autonomia profissional e do conhecimento dos alunos, deixando de ser meramente um reprodutor de informações. É essencial compreender os desafios enfrentados pelos professores ao longo da história e suas características atuais, por meio de uma revisão da historicidade da formação docente no Brasil.

O tema escolhido os permite refletir sobre a importância da identidade profissional, contribuindo para uma formação plena que amplia a construção de mundo do docente, permitindo que eles se assumam como sujeitos históricos ativos e comprometidos com a

superação das contradições de seu tempo. Isso os leva a se tornarem pesquisadores críticos e reflexivos em suas práticas pedagógicas.

A respeito da pesquisa realizada, pode-se perceber que, as disciplinas referentes à prática pedagógica sobressaem no âmbito do trabalho, porém as questões teóricas estão diretamente relacionadas com saberes que facilitam direta ou indiretamente o trabalho.

Ao tentarmos compreender a completa formação inicial de professores, começamos a enxergá-la como um meio essencial para a criação de indivíduos capazes de pensar criticamente e alcançar a emancipação pessoal. Tornou-se evidente que essa formação é indispensável para que os professores possam se desenvolver em sua profissão como um ato político, ao mesmo tempo em que reconhecem sua própria expertise profissional.

Isso implica que a formação de professores deve ser embasada em uma estrutura nacional que reconheça o contexto sociocultural e histórico da profissão, com o objetivo de desenvolver profissionais abrangentes, capazes de compreender plenamente a realidade. Essa formação deve promover a conscientização crítica e basear-se em estudos e pesquisas contínuas, concentrando-se no crescimento pessoal, promoção da multiplicidade de ideias, concepções e abordagens de ensino.

Por isso, As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia determinam que o pedagogo precisa ser um profissional competente para:

“o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.” (BRASIL, 2006)

E que o estudante de pedagogia

“trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.” (BRASIL, 2006)

Evidentemente, são muitos os desafios da formação do pedagogo, a começar pela definição do perfil do profissional considerado ideal e qual profissional a Universidade pretende formar incluindo, aqui, os saberes necessários ao trabalho docente, a articulação teórico-prática, a revisão do currículo, o foco e valorização da docência, além de outras questões que possam

contribuir tanto para a atuação profissional do professor quanto para o seu conhecimento de mundo e pessoal.

Para a sala de aula ou nos demais âmbitos que a faculdade nos prepara, faz-se necessário pensar sobre a função social da escola e nosso papel diante deste ambiente. Ensinar novas gerações, valores e práticas essenciais para a vida em sociedade, lidar com mediações de conflitos, saber planejar, lidar com o desestímulo, elaborar e colocar em prática o teórico, manter o diálogo com a gestão e demais colegas. Saberes como estes, podem e são, reforçados apenas, em sua maioria, quando postos em ação.

Considerando esse contexto, o aluno enfrenta o desafio de integrar os conhecimentos oferecidos ao longo do curso, a fim de garantir que sua formação como futuro professor não seja comprometida. Além disso, é crucial que haja uma conscientização sobre a importância de os educadores possuírem conhecimento sobre o ambiente escolar, mesmo que não seja sua área de atuação específica.

Segundo Tardif (2002) o docente tem o papel de apropriar-se dos saberes a fim de estabelecer uma dinâmica de ensino e aprendizagem na qual, o professor ao ensinar também adquire conhecimentos e uma identidade própria que o constitui enquanto profissional.

Portanto, a universidade tem a árdua missão de proporcionar uma formação que contemple as exigências legais no sentido de um profissional competente para atuar nas diferentes áreas da pedagogia. Além de um “profissional comprometido com seu momento histórico, com os princípios e valores educacionais e com a defesa da escola pública de qualidade.” (PPC 2020)

Portanto, consideramos que a formação do professor deve resgatar a história da construção da sua identidade. O professor deve ser visto como um ser pensante capaz de refletir criticamente a sua ação teórica e pedagógica, ser competente para ampliar o seu conhecimento, replicar o conhecimento que recebe pronto, fazer opções políticas, contribuindo com a sua própria formação e conseqüentemente com a transformação social.

## REFERÊNCIAS

ANFOPE, VIII Encontro Nacional. Documento Gerador, Formação de Profissionais da Educação, Desafios para o século XXI, Goiânia, 1996.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, **Propostas de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior**. Brasília, abril, 2001. In: ([www.mec.gov.br/cne/formação](http://www.mec.gov.br/cne/formação)).

BRASIL, Ministério da Educação. **Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Curso de Nível Superior**, Brasília, maio, 2000. (In: [www.mec.gov.br/formaçãodeprofessores](http://www.mec.gov.br/formaçãodeprofessores)).

CANDAU, V. M. F. **Formação continuada de professores: tendências atuais**. In: CANDAU, V. M. (Org.). Magistério: construção cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1997, p.51-68.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

FREIRE. P. **A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: “Paz e Terra”, 1996.

Histórico e Missão Faculdade de Educação. Disponível em <<https://faced.ufc.br/pt/sobre/historico-e-missao/#:~:text=O%20Curso%20de%20Pedagogia%20come%C3%A7ou,Z%C3%A9lia%20S%C3%A1%20Viana%20Camur%C3%A7a>> Acesso em: 28 de junho de 2023

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. perspectivas de mudança. In: PIMENTA, S. G. (Org.). Pedagogia e pedagogos: caminhos e **Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 11-57.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 10 de julho de 2018.

NAGLE, Jorge, (1974). **Educação e sociedade na Primeira República** São Paulo: EPU/EDUSP.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo: construindo uma crítica**. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

Projeto Pedagógico do Curso, UFC. Disponível em: <<https://faced.ufc.br/wp-content/uploads/2020/02/ppc-pedagogia-parfor-ufc-06-02-2020.pdf>> Acesso em: 28 de junho de 2023

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira - a organização escolar**. São Paulo: Cortez, 1992.

RIBEIRO, M. P. **História da formação de professores no Brasil colônia e império: um resgate histórico**. Temporalidades, Belo Horizonte (MG), v. 7, n. 2, p. 410-434, maio/ago 2015.

SACRISTÁN, J. G. **Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores**. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. 2. ed. Lisboa, Porto Editora, 1995, p. 63-92.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, ano 3, p. 54 84, jul./ago. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, [S. l.], v. 14, n. 40, p. 143 155, 10 jul. 2009.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **História da formação de professores**, Revista. Brasileira de Educação., v. 14, p. 61 88, agosto 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

### ANEXO

Disciplinas obrigatórias e optativas do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará e sua respectiva carga horária:

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Filosofia da Educação I	64h/a
Psicologia da Educação I	64h/a
Sociologia da Educação I	64h/a
História da Educação e da Pedagogia	64h/a
Metodologia Científica	64h/a
Filosofia da Educação II	64h/a
Psicologia da Educação II: Infância	64h/a
Sociologia da Educação II	64h/a
Estatística Aplicada à Educação	64h/a
Antropologia da Educação	64h/a
História da Educação Brasileira	64h/a
Psicologia da Educação III: da infância à adoles.	64h/a
Educação Infantil	64h/a
Pesquisa Educacional I	64h/a
Gestão Educacional	64h/a
Avaliação do Ensino e Aprendizagem	32h/a
Educação Popular e de Jovens e Adultos	64h/a
Educação Especial	64h/a
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	64h/a
Didática	64h/a
Informática Educativa	64h/a

Política Educacional	64h/a
Organização Social do Trabalho Escolar	64h/a
Arte e Educação	64h/a
Propostas Pedagógicas e Prática de Educação Infantil	64h/a
Práticas pedagógicas na Educação do campo	32h/a
Letramento e Alfabetização	64h/a
Língua Brasileira de Sinais I	64h/a
Ensino de Língua Portuguesa	96h/a
Ensino de Geografia e História	96h/a
Ensino de Matemática	96h/a
Ensino de Ciências	96h/a
Organização e gestão de espaços educativos não escolares	64h/a

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Literatura Infantil e Educação da Criança	64h/a
Educação Sexual nas Escolas	64h/a
Fundamentos Psicogenéticos da Educação	64h/a
Autobiografia e Educação	64h/a
Educação Inclusiva	64h/a
Leitura e Produção de Textos na Formação de Professores	64h/a
Psicomotricidade e Educação	64h/a
Fundamentos da Gestão Educacional	64h/a
Educação e Movimentos Sociais	64h/a